

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.955 - PR (2019/0300537-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA -
PR011078
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSUEL GUERREIRO BARBOSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Josuel Guerreiro Barbosa**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná (Agravo em Execução n. 00036715120198160064) - fl. 7:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE FALTA GRAVE, COM CONSEQUENTE REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO. DEFENSIVA PELA NULIDADE DA DECISÃO QUE HOMOLOGOU A FALTA GRAVE POR AUSÊNCIA DE PAD. NÃO ACOLHIMENTO. PAD PRESCINDÍVEL QUANDO O SENTENCIADO ENCONTRA-SE CUMPRINDO PENA EM REGIME SEMIABERTO OU ABERTO, OU EM LOCAL QUE NÃO COMPORTE SUA INSTAURAÇÃO E DESDE QUE SE PROCEDA À AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO.

RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E, NO MÉRITO, DESPROVIDO.

Alega-se, no presente *writ*, que as instâncias ordinárias não observaram o enunciado da Súmula 533/STJ e o entendimento fixado no julgamento do REsp n. 1.378.557/RS.

Requer a concessão da ordem para cassar o ato impugnado e determinar a realização do PAD.

É o relatório.

A tese da Defesa encontra acolhida em pacífica jurisprudência desta Corte, nos termos da Súmula 533/STJ. Anotem-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. RECONHECIMENTO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA. ILEGALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE. SÚMULA N. 533/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Conforme orientação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

Superior Tribunal de Justiça

plasmada na Súmula n. 533/STJ, para apuração de falta grave eventualmente cometida pelo Reeducando, é imprescindível a instauração de prévio Processo Administrativo Disciplinar, não sendo possível, portanto, alcançar esse desiderato por meio da realização de audiência de justificação na qual seja garantida àquele a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1789334/MA, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 03/09/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA GRAVE. PRÉVIA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD. IMPRESCINDIBILIDADE. RESP N. 1.378.557/RS. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA N. 533 DO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. O Superior Tribunal de Justiça, apreciando recurso representativo da controvérsia - REsp. 1.378.557/RS -, pacificou o entendimento no sentido da imprescindibilidade da instauração, pelo Diretor do estabelecimento prisional, de Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD para a apuração e reconhecimento da falta grave.

Inteligência da Súmula n. 533/STJ.

3. A oitiva do preso em audiência de justificação não torna desnecessário o procedimento administrativo para a apuração de falta grave. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar a decisão que reconheceu a infração disciplinar, sem prejuízo de que nova apuração seja levada a efeito, somente se houver instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, observando-se a jurisprudência desta Corte.

(HC 454.646/PR, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 17/8/2018)

Ante o exposto, concedo a ordem para anular o reconhecimento da prática de falta grave, sem prejuízo da possibilidade de nova apuração, com a devida instauração do procedimento administrativo disciplinar.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

